



# FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF

"A Polícia Federal somos nós!"

OFÍCIO Nº 228/2008/FENAPEF

Brasília-DF, 1º de dezembro de 2008.

Ao  
Excelentíssimo Senhor TARSO GENRO  
Ministro de Estado da Justiça  
Brasília/DF

RECEBIDO NA DIDOC-GM-MJ  
Em 02/12/08 às 14:45

(nome por estenótipo ou carimbo)

Carmen  
(Assinatura)

Senhor Ministro,

Os membros do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, na cidade de Porto Alegre/RS, no período de 25 a 28 de novembro de 2008, representando os sindicatos dos policiais federais de todo o País, após análise da minuta do anteprojeto de Lei Orgânica da Polícia Federal, apresentada pela ilustre Comissão formada por determinação de Vossa Excelência, aprovaram externar a sua insatisfação quanto ao esboço do projeto supracitado.

De fato, a proposta não contempla os anseios da grande maioria dos policiais federais, em especial agentes, escrivães, papiloscopistas, peritos e servidores administrativos, ao tempo em que encampa interesses meramente corporativistas da categoria de delegados da Polícia Federal, conferindo-lhes o monopólio de poder e *status* de "carreira jurídica", dentre outros aspectos que em nada contribuem para a melhoria do sistema de segurança pública do país e também da instituição Polícia Federal.

Os policiais federais, ora representados pelos membros do Conselho de Representantes da FENAPEF, instância maior do movimento sindical dos policiais federais, entendem que tal "proposta" não coaduna com os avanços desejados por Vossa Excelência de transformar a Polícia Federal numa instituição moderna, eficiente, democrática e fortalecida, sobretudo estruturada numa carreira policial, em que os policiais federais tenham a possibilidade de progressão profissional, podendo inclusive, por mérito, experiência, competência e qualificação, galgar os postos de chefia e direção, das unidades centrais e descentralizadas do órgão.



## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF

"A Polícia Federal somos nós!"

A propósito, causa estranheza a recente mensagem encaminhada a todos os servidores, pelo Diretor-Geral do DPF (cópia anexa), através da qual informa que a proposta de lei orgânica estabelecerá "um plano de carreira calcado nos conceitos de uma meritocracia objetiva", com premissas para "formatação de uma instituição democrática", que atenderia pleitos históricos dos servidores. Na realidade, a essência do malfadado embrião de projeto, infelizmente, não contempla os avanços apontados no documento assinado pelo Diretor-Geral.

Em virtude de a mencionada minuta privilegiar as pretensões dos ocupantes de um único cargo, os representantes dos sindicatos abaixo relacionados vêm manifestar veemente repúdio à proposta em questão, ressaltando a expectativa de que Vossa Excelência não a abone nem dê continuidade nos termos em que foi apresentada, de modo a viabilizar a incorporação das propostas defendidas pela Federação Nacional dos Policiais Federais e já apresentadas durante os trabalhos da Comissão.

Também reafirmam o anseio de que Vossa Excelência, com seu espírito democrático e senso público, atue como um justo árbitro das divergências evidenciadas, para se buscar a solução mais adequada para esse grave problema, evitando assim sérias conseqüências face ao descontentamento que hoje aflige a esmagadora maioria dos policiais federais e os cidadãos interessados na construção de uma Polícia Federal, republicana e moderna.

Respeitosamente,

**MARCOS VINICIO DE SOUZA WINK**  
Presidente da FENAPEF

SINPEF/PA	SINPEF/TO	SINPEF/AM	SINPEF/RO
SINPEF/RR	SINPOF/AC	SINPOFAP	SINPEF/SE
SINPOFAL	SINPEF/PE	SINPEF/PB	SINPEF/RN
SINPOF/CE	SINDIPOL/BA	SSDPF/PI	SISPFEM/MA
SINPEF/PR	SINPOFESC	SINPEF/RS	SINPEF/ES
SINDPOLF/SP	SINPEF/MG	SSDPF/RJ	SINDIPOL/DF
SINPEF/GO	SINPEF/MT	SINPEF/MS	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIREÇÃO-GERAL

Prezado Servidor,

O início de 2008 foi marcado pelas discussões a respeito da Lei Orgânica da Polícia Federal. Àquela época, foi criado um grupo de trabalho, integrado por entidades representativas de todas as categorias da PF, que ao término de seu trabalho apresentou uma proposta de Lei Orgânica para a Direção-Geral.

As idéias que ali surgiram foram exaustivamente analisadas e serviram de base para que a Instituição elaborasse um Projeto de L.O., que tem por objetivo fundamental resgatar a unidade e a cumplicidade histórica que sempre caracterizaram o relacionamento entre os Servidores da Polícia Federal, assim como adequar a estrutura da PF ao enfrentamento à criminalidade organizada e à corrupção.

É essa proposta que atualmente está sendo discutida no âmbito do Ministério da Justiça. Nela, foram atendidos pleitos históricos relativos aos direitos do Policial Federal e Servidores Administrativos, e ficou estabelecido um plano de carreira calcado nos conceitos de uma meritocracia objetiva.

O projeto tem como premissas a formatação de uma instituição democrática, a criação interna de um sistema de valorização e capacitação de todos os Servidores, e, por fim, a modernização da gestão pública numa visão participativa.

Buscando envolver todos os Servidores na gestão do Órgão, está sendo proposta a criação de Conselhos com participação colegiada de todos os cargos junto à Direção-Geral. Além disso, haverá a previsão para que todos os Servidores possam ocupar chefias, respeitando-se as características de cada um dos cargos. Será criado um sistema de controles internos e externos ao Órgão, além de uma Ouvidoria interna, responsável pela colheita de sugestões que subsidiarão as tomadas de decisão institucionais.

Está sendo proposta a modernização do sistema disciplinar da PF, elaborado sob o prisma dos princípios da Constituição de 1988, com destaque para a inserção da obediência aos princípios da legalidade, moralidade, proporcionalidade e razoabilidade para todos os Servidores.

A valorização do Policial Federal está sendo buscada na formatação de uma carreira de classes e padrões, a serem alcançados a partir de critérios puramente objetivos como, por exemplo, a frequência em cursos

18/11/2008

de capacitação. Além disso, há no projeto a previsão de tratamento diferenciado de ingresso nos concursos públicos, com pontuação adicional para o tempo da carreira policial, que passará a contar em provas de títulos para o ingresso nos cargos. A capacitação continuada do Servidor também será uma das metas, principalmente aquela voltada à temática da segurança pública, em cursos de mestrado e doutorado promovido pelas diversas instituições de ensino, com destaque para a Escola Superior de Polícia.

Estamos propondo a previsão de indenização e férias diferenciadas para Servidores lotados em localidades de difícil provimento. Haverá, segundo o projeto, um aumento do valor das diárias de viagem. Os policiais passarão a perceber auxílio-uniforme e será criada a indenização cartorária para os Escrivães que desempenhem tal atividade. Além disso, existe a proposta de indenização pelo exercício de Polícia Judiciária Eleitoral. Esses são somente alguns dos direitos previstos em um rol superior a dezesseis novas vantagens aplicáveis aos Servidores de nossos quadros.

Resumidamente, essas são algumas das propostas encaminhadas ao Ministério da Justiça, elaboradas com o intuito de oferecer condições para que os componentes dos quadros da PF tenham melhores condições de trabalho. Nossa Instituição já perdeu muito pelo fato de não possuir uma Lei Orgânica própria, visto que várias carreiras do Serviço Público galgaram vantagens e direitos nas últimas décadas, que não foram estendidas à nossa instituição e aos nossos Servidores em função das históricas dissidências internas que temos vivido durante todos esses anos.

Não foi possível ainda um detalhamento das referidas ações, uma vez que os trabalhos no Ministério da Justiça ainda não foram concluídos. A proposta, assim que finalizada, deve seguir seu trâmite no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Desta forma, concito todos os Servidores a uma análise ponderada do momento, no qual devem preponderar a razoabilidade e a colaboração de todos, para que seja possível concretizar este primeiro e importante passo na recomposição de nosso status institucional.

Atenciosamente,

Luiz Fernando Corrêa  
Diretor-Geral